



ACÓRDÃO Nº234/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº14248/2021.

Apensos: Processo nº 14257/2021, 14255/2021, 14256/2021, 14260/2021, 14259/2021, 14251/2021, 14253/2021, 14250/2021 e 14258/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretaria Municipal de Educação – SEMED

4- Exercício: 2010

5- Responsável: Mauro Giovanni Lippi Filho (Ordenador de Despesa), Vicente de Paulo Q Nogueira (Ordenador de Despesa), Luis Fabian Pereira Barbosa (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Marcos dos Santos Carmo Filho - OAB/AM 6818, Daniel Fabio Jacob Nogueira - OAB/AM 3136, Marco Aurelio de Lima Choy - OAB/AM 4271., Edmarie de Jesus Cavalcante – OAB/AM 3351 e Ney Bastos Soares Junior - OAB/AM 4336

7- Unidade Técnica: DICAMM e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 404/2019, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2010.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período de 19.07.2010 a 31.12.2010, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, dando-lhe quitação, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº234/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Vicente de Paulo Q Nogueira**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período de 01.01.2010 a 06.07.2010, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, dando-lhe quitação, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período de 07.07.2010 a 18.07.2010, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 5º, II e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, dando-lhe quitação, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.4. Determinar à atual administração da SEMED:

10.4.1. nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que cumpra todas as regras disciplinadas na Lei federal n.º 8666/1993, zelando para que as obras sejam executadas de acordo com os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade e eficiência;

10.4.2. que atente quanto à tempestiva renovação dos contratos, tendo em vista a vedação legal ao contrato verbal com a Administração Pública, prescrita no art. 60, parágrafo único, da Lei n.º 8666/1993;

10.4.3. que adote medidas no sentido de identificar a qualidade e validade dos produtos alimentícios recebidos por seus fornecedores;

10.4.4. que exerça nos prestadores de serviços de combate a pragas uma fiscalização mais rígida, tendo em vista que a qualidade dos serviços prestados demonstrou limitações.

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.



ACÓRDÃO Nº234/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Vencida a proposta de voto do Auditor-Relator Alípio Reis Firmo Filho que votou pelo Julgamento das Irregularidades da Contas, Regularidades com Ressalvas, Alcances, Multas e Determinações.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Redator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição